



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

Rua Tribunal de Justiça, s/n – Bairro Via Verde – Rio Branco/AC – Fone (68) 3212-1200
CONTRATO N. 012/2013-SR/DPF/AC



**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS Nº 12/2013, QUE FAZEM ENTRE
SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA
SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO
ESTADO DO ACRE E A EMPRESA
SERVIÇOS DE EMPRESA TERCEIRIZADA
DO ACRE - SETAC.**

A União, por intermédio da SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO ACRE, com sede na RUA FLORIANO PEIXOTO, Nº 874, CENTRO, RIO BRANCO - AC, inscrita no CNPJ sob o nº **00.394.494/0019-65**, neste ato representado pelo **Senhor SUPERINTENDENTE REGIONAL, DPF MARCELO SÁLVIO REZENDE VIEIRA**, brasileiro, casado, RG n. 5.603.658 SSP/MG, e CPF n. 024.276.796-66, com delegação de competência dada pela Portaria nº 495, de 03/04/2012, publicada na Seção 02 do Diário Oficial da União de 04/04/2012, do Senhor Secretário Executivo do Ministério da Justiça, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) SERVIÇOS DE EMPRESA TERCEIRIZADA DO ACRE – SETAC, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 04.103.700/0001-62, sediado(a) na Estrada da Floresta, nº 436, Nova Esperança, CEP: 69.915-254, Rio Branco - ACRE, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) José Erivelton Ferreira de Souza, portador(a) da Carteira de Identidade nº 214191, expedida pela (o) SSP/AC, e CPF nº 434.405.092-49, tendo em vista o que consta no Processo nº 08220.001011/2013-57 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão – Sistema de Registro de Preços nº 04/2013, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de limpeza e conservação, com fornecimento de material necessário, para atender às necessidades da **Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Acre e**

Conforme Projeto Edital Eficiente
Acordo de Cooperação nº 04/2013



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

Rua Tribunal de Justiça, s/n – Bairro Via Verde – Rio Branco/AC – Fone (68) 3212-1200
suas descentralizadas, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão e seus anexos, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

GRUPO 1

Item 01 – Nova Sede da SR/DPF/AC

TIPO DE ÁREA	PREÇO MENSAL UNITÁRIO (R\$/M²)	ÁREA (M²)	SUBTOTAL (R\$)
I-Área Interna	2,94	7.114,43	20.916,42
II- Área Externa	1,47	2.399,15	3.526,75
III- Esquadrias sem Exposição ao Risco	0,67	2.721,73	1.823,56
IV- Esquadria Face Externa com exposição ao risco	0,19	1.814,73	344,80
V- Fachada Envidraçada com exposição ao risco	0,19	6.471,60	1.229,60

Preço Total Mensal	27.841,14
--------------------	-----------

306.252,54

Preço Total Anual (Total Mensal x 12 doze meses)	334.093,68
--	------------

Item 02 - Delegacia de Polícia Federal em EPITACIOLÂNDIA

TIPO DE ÁREA	PREÇO MENSAL UNITÁRIO (R\$/M²)	ÁREA (M²)	SUBTOTAL (R\$)
I-Área Interna	3,61	585,00	2.111,85
II- Área Externa	1,81	2.400,00	4.344,00
III- Esquadrias sem Exposição ao Risco	0,83	200,56	166,46

Preço Total Mensal	6.622,31
--------------------	----------

72.845,43

Preço Total Anual (Total Mensal x 12 doze meses)	79.467,72
--	-----------

ms

Conforme Projeto Edital Eficiente
Acordo de Cooperação nº 04/2013

ms



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

Rua Tribunal de Justiça, s/n – Bairro Via Verde – Rio Branco/AC – Fone (68) 3212-1200
Item 03 - Delegacia de Polícia Federal em CRUZEIRO DO SUL

TIPO DE ÁREA	PREÇO MENSAL UNITÁRIO (R\$/M²)	ÁREA (M²)	SUBTOTAL (R\$)
I-Área Interna	3,92	550,00	2.156,00
II- Área Externa	1,96	1.250,00	2.450,00
III- Esquadrias sem Exposição ao Risco	0,89	156,78	139,53

Preço Total Mensal	4.745,53
--------------------	----------

Preço Total Anual (Total Mensal x 12 doze meses)	56.946,36
--	-----------

52 599,83

Item 04 - BASE GISE

TIPO DE ÁREA	PREÇO MENSAL UNITÁRIO (R\$/M²)	ÁREA (M²)	SUBTOTAL (R\$)
I-Área Interna	3,62	340,70	1.233,33
II- Área Externa	1,81	354,12	640,96
III- Esquadrias sem Exposição ao Risco	0,82	79,50	65,19

Preço Total Mensal	1.939,48
--------------------	----------

21 323,28

Preço Total Anual (Total Mensal x 12 doze meses)	23.273,76
--	-----------

2 CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

1.4. O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de 12 (doze) meses, com início na data de .02/12/2013 e encerramento em 01/12/2014, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses.

1.4.1. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

1.5. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

3.1. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.2. O **valor mensal** da contratação é de **R\$ 41.148,46** (quarenta e um mil, cento e quarenta e oito reais e quarenta e seis centavos), perfazendo o **valor total** de **R\$ 493.781,52** (quatrocentos e noventa e três mil, setecentos e oitenta e um reais e cinquenta e dois centavos).

Conforme Projeto Edital Eficiente
Acordo de Cooperação nº 04/2013

Handwritten signatures and initials in blue ink.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**

Rua Tribunal de Justiça, s/n – Bairro Via Verde – Rio Branco/AC – Fone (68) 3212-1200

3.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2013, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 0001/200380

Fonte: 0100

Programa de Trabalho: 064043

Elemento de Despesa: 3390.37.02

PI: 702

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

5.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.3. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir, devendo estar acompanhada dos documentos mencionados no §1º do art. 36 da IN/SLTI nº 02, de 2008.

5.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no §1º do art. 36, da IN/SLTI nº 02, de 2008.

5.4.1. Eventual situação de irregularidade fiscal da contratada não impede o pagamento, se o serviço tiver sido prestado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa e rescisão contratual.

5.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas

Conforme Projeto Edital Eficiente
Acordo de Cooperação nº 04/2013



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

Rua Tribunal de Justiça, s/n – Bairro Via Verde – Rio Branco/AC – Fone (68) 3212-1200
saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.6. Caso se constate o descumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS, poderá ser concedido um prazo para que a Contratada regularize suas obrigações, quando não se identificar má-fé ou a incapacidade de corrigir a situação.

5.6.1. Não sendo regularizada a situação da Contratada no prazo concedido, ou nos casos em que identificada má-fé ou incapacidade de corrigir a situação, o pagamento dos valores em débito será realizado em juízo, sem prejuízo das sanções cabíveis.

5.7. Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

5.7.1. não produziu os resultados acordados;

5.7.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

5.7.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada,

5.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.9.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas nos §§5º-B a 5º-E, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} =$$

365

6%.

Conforme Projeto Edital Eficiente
Acordo de Cooperação nº 04/2013





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

Rua Tribunal de Justiça, s/n – Bairro Via Verde – Rio Branco/AC – Fone (68) 3212-1200



6. CLÁUSULA SEXTA – REPACTUAÇÃO

6.1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado neste Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 2.271, de 1997, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2008.

6.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

6.3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

6.3.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

6.3.2. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

6.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

6.5. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

6.6. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

6.7. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

6.7.1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

6.7.2. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

6.8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida

Conforme Projeto Edital Eficiente
Acordo de Cooperação nº 04/2013



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

Rua Tribunal de Justiça, s/n – Bairro Via Verde – Rio Branco/AC – Fone (68) 3212-1200
cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

6.9. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

6.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

6.11. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em acordos e convenções coletivas que não tratem de matéria trabalhista.

6.12. Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

6.13. Quando a repactuação referir-se aos demais custos, a CONTRATADA demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e comprovará o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se:

- 6.13.1. os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;
- 6.13.2. as particularidades do contrato em vigência;
- 6.13.3. a nova planilha com variação dos custos apresentados;
- 6.13.4. indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;
- 6.13.5. índice específico, setorial ou geral, que retrate a variação dos preços relativos a alguma parcela dos custos dos serviços, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços da Contratada.
- 6.13.6. A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

6.14. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

- 6.14.1. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
- 6.14.2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
- 6.14.3. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

Conforme Projeto Edital Eficiente
Acordo de Cooperação nº 04/2013



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

Rua Tribunal de Justiça, s/n – Bairro Via Verde – Rio Branco/AC – Fone (68) 3212-1200

6.15. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

6.16. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

6.17. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

6.18. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1 A CONTRATADA prestará garantia no valor de R\$ 24.689,08 (vinte e quatro mil, seiscentos e oitenta e nove reais e oito centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, cabendo-lhe optar por uma das modalidades de garantia prevista no art. 56, § 1º da Lei n.º 8.666/93, observadas as condições previstas no Edital.

8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados está previsto no Termo de Referência, anexo I do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

CONTRATADA

9.1. A Contratada obriga-se a:

- 9.1.1. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- 9.1.2. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando elementos portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;
- 9.1.3. Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pela Administração;
- 9.1.4. Manter seu pessoal uniformizado, identificando-os através de crachás, com fotografia recente, e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI's;
- 9.1.5. Manter sediado junto à Administração durante os turnos de trabalho, elementos capazes de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- 9.1.6. Manter todos os equipamentos e utensílios necessários a execução dos serviços, em perfeitas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos em até 24 (vinte e quatro) horas. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica;

Conforme Projeto Edital Eficiente
Acordo de Cooperação nº 04/2013



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

Rua Tribunal de Justiça, s/n – Bairro Via Verde – Rio Branco/AC – Fone (68) 3212-1200

- 9.1.7. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, tais como: aspiradores de pó, enceradeiras, mangueiras, baldes, carrinhos para transporte de lixo, escadas, etc., de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Administração;
- 9.1.8. Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem, todas as dependências objeto dos serviços;
- 9.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Administração;
- 9.1.10. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados;
- 9.1.11. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração;
- 9.1.12. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Administração;
- 9.1.13. Registrar e controlar, juntamente com o preposto da Administração, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas;
 - 9.1.13.1. O controle do cumprimento da carga horária será de inteira responsabilidade da empresa licitante, cabendo exclusivamente a esta a substituição de seus funcionários nas ocorrências de falta, das ausências legais ou de interrupção no cumprimento da carga horária, a fim de evitar a descontinuidade na prestação dos serviços;
 - 9.1.13.2. A substituição de seus funcionários nas ocorrências de falta ou de interrupção no cumprimento da carga horária deverá ser efetivada no prazo máximo de 2 (duas) horas;
 - 9.1.13.3. O atraso não justificado superior a 2 (duas) horas ensejará, a critério da administração, a glosa de 4 (quatro) horas, por ocorrência diária;
 - 9.1.13.4. A não substituição do funcionário ensejará na penalidade prevista no item 27 deste Termo de Referência.
- 9.1.14. Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;
- 9.1.15. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, inclusive sacos plásticos para acondicionamento de detritos e, equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 9.1.16. Observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços;
- 9.1.17. Os serviços deverão ser executados em horários que não interfiram com o bom andamento da rotina de funcionamento da Administração.
- 9.1.18. executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e

Conforme Projeto Edital Eficiente
Acordo de Cooperação nº 04/2013



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

Rua Tribunal de Justiça, s/n – Bairro Via Verde – Rio Branco/AC – Fone (68) 3212-1200
utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas no Termo de Referência e em sua proposta;

- 9.1.19. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro)(horas), os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;
- 9.1.20. destacar preposto responsável pelos serviços, com missão de garantir o bom andamento dos mesmos, permanecendo no local do trabalho em tempo integral, supervisionando, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços. Este preposto terá a obrigação de reportar-se, quando houver necessidade, ao fiscal do contrato, responsável pelo acompanhamento e fiscalização de sua execução e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas;
- 9.1.21. manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;
- 9.1.22. arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à União ou a terceiros;
- 9.1.23. utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 9.1.24. manter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização dos serviços;
- 9.1.25. manter escritório no(s) Município(s) de (Rio Branco), com pessoal qualificado e em quantidade suficiente para gerir o contrato;
- 9.1.26. instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:
 - 9.1.26.1. viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas;
 - 9.1.26.2. viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados;
 - 9.1.26.3. oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
 - 9.1.26.4. vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal;
 - 9.1.26.5. disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 9.1.27. apresentar à Contratante, quando do início das atividades, e sempre que houver alocação de novo empregado na execução do contrato, relação nominal constando nome, endereço residencial e telefone dos empregados colocados à disposição da Administração, bem como as respectivas Carteiras de Trabalho e Previdência Social – CTPS, devidamente preenchidas e assinadas, para fins de conferência.

Conforme Projeto Edital Eficiente
Acordo de Cooperação nº 04/2013



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

Rua Tribunal de Justiça, s/n – Bairro Via Verde – Rio Branco/AC – Fone (68) 3212-1200

- 9.1.28. apresentar à Contratante, quando do início das atividades, e sempre que houver alocação de novo empregado na execução do contrato, relação contendo nome completo, CPF, cargo ou atividade exercida, órgão e local de exercício dos empregados alocados, para fins de divulgação na internet, nos termos do artigo 84, §§ 4º e 5º, da Lei nº 12.465, de 2011 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012);
- 9.1.29. substituir imediatamente, em caso de eventual ausência, tais como, faltas, férias e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;
- 9.1.30. responder por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento da obrigação constante do item anterior;
- 9.1.31. responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;
- 9.1.32. efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito bancário na conta do trabalhador, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Administração;
- 9.1.33. apresentar, quando solicitado, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão-de-obra oferecida para atuar nas instalações do órgão, a critério da Administração;
- 9.1.34. não permitir que seus empregados realizem horas extraordinárias fora da jornada normal de trabalho, em finais de semana ou em dias feriados, exceto quando devidamente determinado pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;
- 9.1.35. atender de imediato às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no Termo de Referência;
- 9.1.36. instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas;
- 9.1.37. instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Administração toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.1.38. relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 9.1.39. fornecer mensalmente, ou sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e benefícios dos empregados colocados à disposição da Contratante;
- 9.1.40. não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.1.41. fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência;
- 9.1.42. não repassar quaisquer custos de uniformes e equipamentos a seus empregados;
- 9.1.43. manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Conforme Projeto Edital Eficiente
Acordo de Cooperação nº 04/2013



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

Rua Tribunal de Justiça, s/n – Bairro Via Verde – Rio Branco/AC – Fone (68) 3212-1200

- 9.1.44. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto a realização dos serviços de limpeza e conservação das Esquadrias Externas com Exposição ao Risco e da Fachada Envidraçada com Exposição ao Risco referentes à parte dos serviços integrantes do Item 01 NOVA SEDE DA SR/DPF/AC, os quais poderão ser objeto de subcontratação.
- 9.1.44.1. A subcontratação não exonera a contratada das responsabilidades decorrentes do contrato, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada.
- 9.1.45. arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.1.46. Nos termos do Anexo V da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30/04/2008, e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, com vistas a minimizar os impactos ambientais inerentes aos serviços de limpeza e conservação predial, a contratada deverá adotar as seguintes providências:
- 9.1.46.1. realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pela Administração, na fonte geradora, e a coleta seletiva do papel para reciclagem, promovendo sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, nos termos da IN MARE nº 6, de 3/11/95, e do Decreto nº 5.940/2006, ou outra forma de destinação adequada, quando for o caso;
- 9.1.46.1.1. os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta seletiva.
- 9.1.46.2. otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:
- 9.1.46.2.1. racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;
- 9.1.46.2.2. substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- 9.1.46.2.3. usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- 9.1.46.2.4. b.4) racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;
- 9.1.46.2.5. realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- 9.1.46.2.6. treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição;
- 9.1.46.3. utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);
- 9.1.46.4. observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/94, e legislação correlata, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

Conforme Projeto Edital Eficiente
Acordo de Cooperação nº 04/2013



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**

Rua Tribunal de Justiça, s/n – Bairro Via Verde – Rio Branco/AC – Fone (68) 3212-1200

- 9.1.46.5. fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- 9.1.46.6. respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- 9.1.46.7. desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais:
 - 9.1.46.7.1. pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;
 - 9.1.46.7.2. lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;
 - 9.1.46.7.3. pneumáticos inservíveis devem ser encaminhados aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, conforme disciplina normativa vigente.”
- 9.1.46.8. O detergente em pó a ser utilizado na execução dos serviços deverá possuir composição que respeite os limites de concentração máxima de fósforo admitidos na Resolução CONAMA nº 359, de 29/04/2005, e legislação correlata.
- 9.1.47. A CONTRATADA deverá manter nos locais dos serviços quantidades necessárias de mangueiras, bicos e aspersores, para a execução dos serviços de lavagem e jateamento com água. É vedada a utilização das mangueiras dos equipamentos Contra Incêndio para os serviços acima discriminados;

CONTRATANTE

- 9.2. A Contratante obriga-se a:
 - 9.2.1. proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;
 - 9.2.2. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
 - 9.2.3. exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
 - 9.2.4. notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
 - 9.2.5. não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;
 - 9.2.6. pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;
 - 9.2.7. zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - 9.2.8. não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
 - 9.2.9. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da

Conforme Projeto Edital Eficiente
Acordo de Cooperação nº 04/2013

MS
CC
RP



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

Rua Tribunal de Justiça, s/n – Bairro Via Verde – Rio Branco/AC – Fone (68) 3212-1200
contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

- 9.2.10. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;
- 9.2.11. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- 9.2.12. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

- 10.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 2005, a Contratada que, no decorrer da contratação:
 - 10.1.1.** Inexecutar total ou parcialmente o contrato;
 - 10.1.2.** Apresentar documentação falsa;
 - 10.1.3.** Comportar-se de modo inidôneo;
 - 10.1.4.** Cometer fraude fiscal;
 - 10.1.5.** Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, na Ata de Registro de Preços ou no Contrato.
- 10.2.** A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
 - 10.2.1.** Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
 - 10.2.2.** Multa:
 - 10.2.2.1.** Moratória de até 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor mensal da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - 10.2.2.2.** Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.
- 10.3.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o (Departamento de Polícia Federal/SR/AC), pelo prazo de até dois anos;
- 10.4.** Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 10.5.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;
- 10.5.1.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

Conforme Projeto Edital Eficiente
Acordo de Cooperação nº 04/2013



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

Rua Tribunal de Justiça, s/n – Bairro Via Verde – Rio Branco/AC – Fone (68) 3212-1200

- 10.6.** Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
- 10.6.1.** Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
- 10.6.2.** Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 10.6.3.** Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.7.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 10.8.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 10.9.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 10.9.1.** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 10.10.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 10.11.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- 11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 11.4.3. Indenizações e multas.

Conforme Projeto Edital Eficiente
Acordo de Cooperação nº 04/2013



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

Rua Tribunal de Justiça, s/n – Bairro Via Verde – Rio Branco/AC – Fone (68) 3212-1200



12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FISCALIZAÇÃO

15.1. A SR/DPF/AC designará servidor para acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços, que notificará a empresa de todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, estabelecendo prazo para a regularização das falhas ou defeitos observados.

15.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato serão submetidas à apreciação da autoridade competente SR/DPF/AC, para adoção das medidas cabíveis, consoante disposto no art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

15.3. Os esclarecimentos solicitados pela fiscalização deverão ser prestados imediatamente, salvo quando implicarem indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

15.4. É direito da fiscalização rejeitar quaisquer serviços quando entender que a sua execução está fora dos padrões técnicos e de qualidade definidos neste Termo de Referência.

15.5. Além das disposições elencadas acima, a fiscalização contratual afeta à prestação dos serviços seguirá o disposto no anexo IV da IN SLTI/MP nº 02/2008.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

Conforme Projeto Edital Eficiente
Acordo de Cooperação nº 04/2013



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE


Rua Tribunal de Justiça, s/n – Bairro Via Verde – Rio Branco/AC – Fone (68) 3212-1200

16.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de **Rio Branco/AC** - Justiça Federal, com exclusão de qualquer outro.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

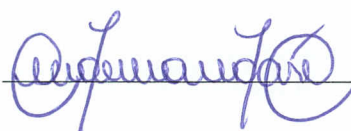

Rio Branco/AC, 02 de dezembro de 2013.


MARCELO SALVO REZENDE VIEIRA
Delegado de Polícia Federal
Superintendente Regional
SR/DPF/AC


JOSÉ ERIVELTON F. DE SOUZA
Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1) FABIANO DE OLIVEIRA SILVA

2)   **Clediane T. G. de Oliveira**
Gestora / Fiscal de Contratos
AADM - Mat. 12.776



DIRETORIA DE POLÍTICAS PENITENCIÁRIAS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Termo Aditivo Nº 00003/2013 ao Convênio Nº 759430/2011. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Unidade Gestora: 200324. Gestão: 00001. Conveniente: SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS - SEJUDH. CNPJ nº 09.055.291/0001-90. Prorrogar o prazo de vigência constante da Cláusula Segunda do Segundo Termo Aditivo. Valor Total: R\$ 330.142,79. Valor de Contrapartida: R\$ 33.132,63. Vigência: 30/12/2011 a 03/01/2014. Data de Assinatura: 01/11/2013. Signatários: Concedente: AUGUSTO EDUARDO DE SOUZA ROSINI. CPF nº 063.997.338-80. Conveniente: NILSON MOURA LEITE MOURAO. CPF nº 021.907.102-00.

(SICONV(PORTAL) - 03/12/2013)

DIRETORIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2013 UASG 200323

Número do Contrato: 35/2010. Nº Processo: 08016002792201070. PREGÃO SISPP Nº 12/2010. Contratante: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - CNPJ Contratado: 07228643000136. Contratado: IVAN LUIZ FONTES SOBRINHO - Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual, por mais 6 (seis) meses, a contar de 16/11/2013 a 15/05/2014, ou até a conclusão de novo procedimento licitatório. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e suas alterações. Vigência: 16/11/2013 a 15/05/2014. Data de Assinatura: 14/11/2013.

(SICON - 03/12/2013) 200005-00001-2013NE800001

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 256/2013 - UASG 200246

Nº Processo: 08129003900201216. Objeto: Habilitação e pré-qualificação de entidades com vistas à celebração de contrato para prestação de serviços de acolhimento de pessoas com transtornos de conduta, de uso, abuso ou dependência de substância psicoativa. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Declaração de Inexigibilidade em 03/12/2013. MAURO RONI LOPES DA COSTA. Ordenador de Despesas. Ratificação em 03/12/2013. VITORE ANDRE ZILIO MAXIMIANO. Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas. Valor Global: R\$ 180.000,00. CNPJ CONTRATADA: 05.891.430/0001-64 AS-SOCIACAO EMAUS.

(SIDE - 03/12/2013) 200246-00001-2013NE800001

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Termo Aditivo Nº 00002/2013 ao Convênio Nº 752249/2010. Convenientes: Concedente: FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS. Unidade Gestora: 200246. Gestão: 00001. Conveniente: ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. CNPJ nº 15.412.257/0001-28. Prorrogação do prazo de vigência do convênio SENAD/MI nº 752249/2010, por mais 1 (hum) ano. Encerramento atual previsto para o dia 30 de novembro de 2013 (diário oficial da União nº 234 7ª seção 3, de 05 de dezembro de 2012, pág. 142) 7º primeiro aditivo. Valor Total: R\$ 222.222,23. Valor de Contrapartida: R\$ 22.222,23. Vigência: 21/12/2010 a 20/11/2014. Data de Assinatura: 18/11/2013. Signatários: Concedente: VITORE ANDRE ZILIO MAXIMIANO. CPF nº 110.581.738-55. Conveniente: ANDRE PUCCINELLI. CPF nº 005.983.059-04.

(SICONV(PORTAL) - 03/12/2013)

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio Nº 786526/2013. Convenientes: Concedente: FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS. Unidade Gestora: 200246. Gestão: 00001. Conveniente: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ FUNECE. CNPJ nº 07.885.809/0001-97. Implantação do Centro Regional de Referência para formação permanente dos profissionais que atuam nas redes de atenção integral à saúde e de assistência social com usuários de crack e outras drogas e seus familiares, pela Fundação Universidade Estadual do Ceará. Valor Total: R\$ 261.111,11. Valor de Contrapartida: R\$ 26.111,11. Crédito Orçamentário: PTRES: 63970. Fonte Recurso: 0100000000. ND: 33304. Num Empenho: 2013NE800180. Vigência: 18/11/2013 a 18/11/2014. Data de Assinatura: 18/11/2013. Signatários: Concedente: VITORE ANDRE ZILIO MAXIMIANO. CPF nº 110.581.738-55. Conveniente: JOSE JACKSON COELHO SAMPAIO. CPF nº 042.732.903-59.

(SICONV(PORTAL) - 03/12/2013)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032013120400127

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 12/2013 UASG 200380

Nº Processo: 08220001011201357. PREGÃO SRP Nº 4/2013. Contratante: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - CNPJ Contratado: 04103700000162. Contratado: JOSE ERIVELTON F. DE SOUZA - ME - Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de limpeza e conservação da Sede da Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Acre e suas unidades descentralizadas. Fundamento Legal: Lei 8666/93. Lei 10520/2002. Decreto 7892/2013. Decreto 2271/2007 e IN 002/2008-SLTI/MPOG. Vigência: 03/12/2013 a 02/12/2014. Valor Total: R\$493.781,52. Data de Assinatura: 02/12/2013.

(SICON - 03/12/2013) 200380-00001-2013NE800028

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 42/2013 - UASG 200380

Nº Processo: 08220012427201309. Objeto: Fornecimento de energia elétrica para atender à Nova Sede da SRDPF/AC Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso XXII da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Existência de apenas 01 empresa concessionária dos serviços de energia elétrica no estado do Acre. Declaração de Dispensa em 29/11/2013. GIULLIANO TOGNI. Chefe do Setor/Srdo/Fac. Ratificação em 02/12/2013. MARCELO SALVIO REZENDE VIEIRA. Superintendente Regional do Acre. Valor Global: R\$ 535.500,00. CNPJ CONTRATADA: 04.065.033/0001-70 COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE.

(SIDE - 03/12/2013) 200380-00001-2013NE800028

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Extrato do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Departamento de Polícia Federal e o Ministério das Cidades, cujo objeto é a CESSÃO DE USO do software "GEPNet Sistema Gestor de Escritório de Projetos Versão 3.0", em caráter gratuito, não exclusivo e intransferível. VIGÊNCIA: 24 (vinte e quatro) meses a partir da sua publicação no Diário Oficial da União DATA ASSINATURA: 25 de novembro de 2013.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM ALAGOAS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2013 UASG 200048

Número do Contrato: 00017/2011, subrogado pela UASG: 200048 - SUPERINTENDÊNCIA REG. DE POLÍCIA FEDERAL - AL. Nº Processo: 08230009993201144. INEXIGIBILIDADE Nº 2/2011. Contratante: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - CNPJ Contratado: 34028316000456. Contratado: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS. Objeto: Prorrogação do contrato por mais 12 (doze) meses a partir de 18/11/2013. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93. Vigência: 18/11/2013 a 18/11/2014. Valor Total: R\$15.377,40. Data de Assinatura: 14/11/2013.

(SICON - 03/12/2013)

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 7/2013

Sagrou-se vencedora a empresa TELEMAR NORTE LESTE S/A. CNPJ 33.000.118/0001-79, com os seguintes valores: item 01 - R\$ 17.841,85 e item 02 - R\$ 4.799,30.

FERNANDO FERRAZ F DE OLIVEIRA
Pregoeiro

(SIDE - 03/12/2013) 200358-00001-2013NE800022

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NA BAHIA

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2013

Comunicamos a reabertura de prazo da licitação supracitada, processo Nº 08255026959201318, publicada no D.O.U de 21/11/2013. Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de duas centrais privativas de telefonia CPCT, tipo PABX, com os respectivos sistemas de tarifação, e acessórios, como: aparelhos telefônicos analógicos, digitais e com tecnologia IP, serviço de instalação, configuração, software de gerenciamento e treinamento técnico operacional. Novo Edital: 04/12/2013 das 09h00 às 11h30 e 14h30 às 16h30. Endereço: Av. Eng. Oscar Pontes, 339 - Água de Memmos SALVADOR - BA. Entrega das Propostas: a partir de 04/12/2013 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 16/12/2013, às 11h00 no site www.comprasnet.gov.br.

CRISTINA TEIXEIRA DE VASCONCELOS
Pregoeira

(SIDE - 03/12/2013) 200346-00001-2013NE800033

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO

RETIFICAÇÃO

No Extrato de Termo Aditivo Nº 3/2012 publicado no D.O.U. de 29/01/2013, Seção 3, Pág. 75. Onde se lê: Valor R\$ 255.937,50. Leia-se: Valor R\$ 225.937,50.

(SICON - 03/12/2013) 200388-00001-2013NE800023

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MATO GROSSO DO SUL

RESULTADO DE JULGAMENTO TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2013

A Comissão de Licitação torna público o resultado da Licitação supracitada, processo Nº 08335032033201371. A.M.S.C. CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA - ME. CNPJ 15.587.547/0001-02 para Item 1 valor R\$213.839,2200.

FERNANDA CHENCAREK
Presidente da Cei

(SIDE - 03/12/2013) 200354-00001-2013NE800023

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NA PARAÍBA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2013 - UASG 200396

Nº Processo: 08375010680201356. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de Serviço de Vigilância Armada, com fornecimento de materiais e equipamentos, para atender às necessidades da SRDPF/PB e às Delegacias de Polícia Federal em Campina Grande-PB e Patos-PB. Total de Itens Licitados: 00003. Edital: 04/12/2013 de 08h00 às 12h00 e de 14h às 17h00. Endereço: Br 230, Km 07, Acesso a Pousa de Campina, Cabedelo-PB. Entrega das Propostas: a partir de 04/12/2013 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 16/12/2013 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: O edital está disponível no site www.comprasnet.gov.br.

JAYLINE PONTES
Pregoeira

(SIDE - 03/12/2013) 200396-00001-2013NE800031

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARANÁ DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM LONDRINA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2013 UASG 200057

Número do Contrato: 00004/2010, subrogado pela UASG: 200057 - DIVISÃO DE POLÍCIA FEDERAL - LONDRINA/PR. Nº Processo: 08386020779201094. PREGÃO SISPP Nº 4/2010. Contratante: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - CNPJ Contratado: 11866958000186. Contratado: S.A. CHAVES - RESTAURANTE - ME - Objeto: Prorrogação da vigência do contrato e o reajuste do valor unitário da refeição fornecida, mediante aplicação do IGP-M. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Vigência: 01/01/2014 a 31/12/2014. Valor Total: R\$77.328,00. Data de Assinatura: 02/12/2013.

(SICON - 03/12/2013) 200368-00001-2013NE800001

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2013 - UASG 200372

Nº Processo: 08430018217201341. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços continuados de Manutenção Predial Preventiva e Corretiva (com o devido ressarcimento pelos custos dos serviços especializados contratados e materiais e peças de reposição adquiridos), a serem executados nos prédios de uso das unidades jurisdicionadas da Superintendência Regional de Polícia Federal no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Total de Itens Licitados: 00002. Edital: 04/12/2013 de 09h00 às 12h00 e de 14h às 17h00. Endereço: Av. Ipiranga, 1365 - Bairro: Azenha PORTO ALEGRE - RS. Entrega das Propostas: a partir de 04/12/2013 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 17/12/2013 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.

ROGERIO MARQUES BORGES
Pregoeiro

(SIDE - 03/12/2013) 200372-00001-2013NE800071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.